Ação evangelizadora jesuíta: a catequização na Capitania do Rio Grande (1599 - 1614)

Jakeline Romão Santos - UFRN

*jakeline.romao.137@ufrn.edu.br*

Orientadora: Ane Luise Silva Mecenas Santos - UFRN

*ane.mecenas@ufrn.br*

**INTRODUÇÃO**

Quando os portugueses chegaram ao Brasil e tiveram o seu primeiro contato com os povos originários, acreditaram que se tratava de uma população "sem cultura própria", reduzindo-os à condição de "selvagens", de acordo com os padrões europeus. Dessa forma, imaginavam que por não ter “reis” e “leis”, os indígenas absorveriam tudo o que lhes fosse ensinado, sem resistência. No entanto, ao longo da vivência foi visto que as “leis” indígenas, invisíveis aos olhos dos colonizadores, não permitiram essa rápida absorção da cultura ocidental como estava sendo esperada. Buscando uma solução para o “problema”, a Companhia de Jesus, também conhecida como Ordem dos Jesuítas, chegou ao Brasil em 1549, desembarcaram em específico na Bahia, junto com o governador-geral Tomé de Sousa. Os jesuítas eram missionários católicos que tinham como objetivo converter os povos indígenas ao cristianismo. No primeiro momento após a sua chegada, utilizavam-se das missões volantes, assim dizendo, visitas às fazendas, engenhos e aldeias indígenas para pregar a doutrina cristã.

A sua chegada na capitania do Rio Grande só aconteceu em 1597, onde começaram as primeiras missões volantes na capitania, buscando catequizar e realizar sacramentos, como o batismo e casamento, para que só assim os indígenas vivessem como “cristãos”. Com o intuito de que isso acontecesse, os jesuítas tinham que desenvolver alguns métodos para haver de fato uma catequização, a título de exemplo, era essencial que os indígenas visitassem constantemente à Igreja, abdicasse de certas práticas, como o canibalismo.

Entretanto, com a passar do tempo foi observado que as missões volantes não estavam surtindo tanto efeito, já que logo após os sacerdotes deixarem as aldeias indígenas, os nativos voltavam às suas práticas antigas, representando para os missionários a indispensabilidade de uma constante presença da autoridade eclesiástica para manter a população como “bons” cristãos. Como consequência disso, julgou-se fundamental a criação das missões de aldeamento, que recebeu esse nome por ser um processo que reunia as populações indígenas em aldeias estáveis para facilitar a catequização e assimilação dos valores dos colonizadores, essas aldeias geralmente ficavam próximas a povoações coloniais, incentivando o contato com os portugueses.

A partir disso, o objetivo central da pesquisa consiste em identificar como ocorreu o processo de conversão de indígenas da Capitania do Rio Grande, em específico, das aldeias às margens dos rios Potengi e Jundiaí, entre 1599 a 1614, buscando expandir o entendimento dos acontecimentos sobre a temática. Uma vez que é perceptível a necessidade do aprofundamento de questões relacionadas a esse assunto, apresentando uma valorização da pesquisa histórica, essencial para a construção da sociedade sobre uma base sólida, onde a população tenha conhecimento sobre as suas raízes que levaram às condições atuais.

**MATERIAIS E MÉTODOS**

Para obter os resultados acerca da problemática apresentada neste trabalho, foi elaborada uma pesquisa bibliográfica, isto é, houve uma análise de materiais já publicados, como livros, artigos, periódicos. Tendo uma grande importância por permitir que o pesquisador explore o conhecimento e as teorias já existentes sobre o assunto de estudo. Isso ajuda a embasar o trabalho e a desenvolver uma base sólida para a pesquisa. Sendo assim, os principais materiais utilizados ao longo da pesquisa foram: Porto (2000), Lopes (2003) e Leite (1949).

Ademais, houve uma pesquisa documental em materiais que não receberam tratamento analítico. Tendo como principais fontes: documentos do Arquivo Ultramarino e do Arquivo Romano da Companhia de Jesus, todos disponíveis de forma digital. Assim como a anterior, esse tipo de pesquisa se mostra com grande importância, dado que são fontes únicas e fornecem informações valiosas e autênticas para a análise e interpretação dos eventos passados. Podendo ser usados para fornecer evidências e apoio a argumentos em um estudo acadêmico ou científico, aumentando a credibilidade e confiabilidade da pesquisa.

**RESULTADOS**

Ao longo das missões desenvolvidas entre os anos de 1599 a 1614, foram realizados vários métodos para efetivar a catequização na Capitania do Rio Grande, dentre eles, o batismo era visto como o mais importante sacramento, por ser o símbolo da passagem de “bárbaro” para “homem”. Nesse momento, para os missionários existia a confirmação da “conversão” do indígena, identificando o “bom” do “mau”, o “amigo” do “inimigo”. Além disso, havia o recebimento do nome cristão, fazendo com que o indivíduo fosse visto a partir desse acontecimento como parte da comunidade cristã e dentro dela, ficaria seguro da escravidão. Alguns autores defendem que somente o batismo não era uma garantia para a segurança dos indígenas contra a escravidão, pois se tratava de uma conversão superficial, sendo necessário uma maior atenção nas aldeias para incorporar novas práticas sociais, econômicas e políticas, com isso, finalmente a aldeia se tornaria útil à Coroa Portuguesa. Em vista disso, os missionários teriam que “civilizar” os indígenas, mudar os seus costumes, além das suas funções religiosas. Segundo Lopes (2003, p. 96):

[...] as mudanças que deveriam ser trabalhadas eram principalmente quanto à antropofagia, à poligamia e ao seminomadismo. Não é por outro motivo que, desde 1558, Nóbrega estabeleceu para os seus missionários a “Lei que se deve dar aos índios”:

1. “defender-lhes de comer carne humana e guerrear sem licença do Governador;

2. fazer-lhes ter uma só mulher;

3. vestirem-se, pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos;

4. tirar-lhes os feiticeiros;

5. mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos;

6. fazê-los viver quietos, sem se mudarem para outra parte senão para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhe bastem, e com estes Padres da Companhia para os doutrinarem. (LOPES, 2003, p. 96)

Uma das formas para se alcançar as mudanças citadas, foi através dos castigos, a fim de manter o controle por meio do medo. Esses castigos geralmente eram a morte ou o desterro. A fim de exemplificar o desterro, temos: “[...] o do Principal Zorobabé em 1604, o de Simão Tagoabuna em 1662, preso e desterrado por ter se rebelado contra o governo português na Serra da Ibiapaba, ou o de João Pregador, tapuia do Rio Grande, provavelmente um feiticeiro, que tinha seguidores e fomentava a rebelião [...]” (LOPES, 2003, p. 97). Em vista disso, podemos concluir que para os indígenas a aceitação da religião cristã pode ser entendida como uma maneira para sobreviver no mundo conflituoso da conquista portuguesa, que só permitia a existência de cristões. Os indivíduos que não se apresentassem como cristões, eram perseguidos, guerreados e/ou catequizados a todo custo, mesmo que de forma superficial. Segundo Porto:

Há que considerar o que possa ter significado o novo universo de doenças e epidemias a que as sociedades indígenas estavam sujeitas neste momento, o grande número de mortes, fugas e escravizações, fazendo com que uma ordem originária se encontrasse então desequilibrada. É neste contexto que se pode entender o **pedido dos índios de uma cruz em suas terras como um elemento de união** e no qual talvez tivessem encontrado no contato com os padres da companhia excelente oportunidade para se proteger de um grande mal que os desestruturava. (PORTO, 2000, p.99-100, Grifo nosso)

 O pedido de uma cruz nas terras indígenas tinha um grande significado para os jesuítas e colonos, pois representava o começo da catequese nas aldeias. Ela representava o compromisso com a busca do conhecimento, a formação integral dos alunos e a promoção da justiça e da solidariedade, tendo assim, um significado espiritual, missionário e educacional para os jesuítas no Brasil. Segundo Serafim Leite:

A devoção à Cruz de Cristo foi sempre a mais espelhada ou a mais comum, entre todas as dos Jesuítas. Pela cruz começava a catequese, e a sua ereção no território das aldeias era o ato de posse da terra para cristo [...] Erguiam-se em toda a parte onde chegassem os Padres - e, às vezes, em lugares onde não tinham ido mais que eles. (LEITE, 1949, p.93)

Como a cruz era um símbolo de proteção da perspectiva indígena, muitas cruzes foram construídas na Capitania do Rio Grande. Entretanto, vale salientar também que em muitas aldeias existia uma grande resistência a esses novos costumes, pois não contava com a possibilidade de unir a “nova religião cristã” a “antiga indégena”, fazendo com que muitos indígenas preferissem migrar para outras aldeias, fundar uma nova ou até mesmo morrer do que mudar a sua cultura.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acreditamos que para obter um melhor entendimento sobre a História do Brasil Colonial é de suma importância haver o aprofundamento do conhecimento da história regional e local, e para que isso aconteça consideramos que seja necessário se debruçar sobre o que diz respeito às relações entre índios e colonos, uma vez que essas são essenciais para entender o nosso povo e cultura. Sendo assim, ao consultar a documentação, pudemos identificar como ocorreu o processo de catequização na Capitania do Rio Grande, nos anos de 1599 a 1614. O período foi marcado por muitos conflitos que tiveram como objetivo principal tornar toda a população indígena em cristões e útil a Coroa Portuguesa. O indivíduo que não aceitasse se tornar cristão sofreria graves consequências, como a morte, escravização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conversão. Jesuítas. Indígenas. Capitania do Rio Grande.

**REFERÊNCIAS**

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil** (Tomo II). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

PORTO, Maria Emilia Monteiro. **Jesuítas na Capitania do Rio Grande, séculos XVI-XVIII:** Arcaicos e Modernos. Salamanca, 2000.